



Universidade do Minho
Escola de Direito

Donald Trump ganhou?

Apesar de, neste momento, ainda estar em curso um processo de recontagem dos votos e de o colégio eleitoral ainda não se ter pronunciado, espera-se que Donald Trump seja o próximo Presidente dos Estados Unidos da América.

A dificuldade de aceitar este resultado eleitoral levou a uma reação – que, a meu ver, ainda dura - de incredulidade generalizada. A persistência deste estado de negação pode, em parte, ser explicada pelo próprio processo de contagem de votos, que apontava, num primeiro momento, para uma diferença que dava vantagem a Hillary Clinton de um milhão de votos e, depois, de dois milhões de votos.

Estes resultados reacenderam uma discussão, feita dentro e fora da academia, sobre as origens do sistema eleitoral americano e sobre se se justificará ou não, hoje, por razões diferentes daquelas que justificaram a opção dos *founding fathers*, na altura consensual e considerada muito feliz, a manutenção do sistema original, para garantir o equilíbrio do sistema federal entre pequenos e grandes estados.

O facto de o chefe do executivo ser o menos votado nas urnas levou a que, em Portugal, fossem publicadas umas boas graças nos jornais e nas redes sociais, convidando Hillary Clinton a falar com António Costa para perceber como se pode ganhar, perdendo, e perder, ganhando. Valendo como inegável demonstração de humor, convém sublinhar que as duas situações não têm rigorosamente nada a ver uma com a outra. No caso da eleição presidencial americana, está em causa o sistema eleitoral; no caso português, esteve em causa o sistema de governo, que, sendo de base parlamentar, permite a formação de governo apoiado por uma maioria parlamentar composta por diversos partidos, da qual está ausente o partido (ou a coligação) com maior número de votos e de deputados.

Neste último mês, ouviram-se em Portugal também os ecos de diversas manifestações contra o sistema eleitoral americano - e até apelos a uma rebelião do colégio eleitoral.

Por um lado, isto revela que existe, enraizado na consciência de todos nós, um certo sentido de justiça democrática, que nos leva a valorizar a igualdade dos votos.

Por outro lado, revela que temos pouco sentido crítico – e talvez até pouco conhecimento - em relação a nós próprios e aos nossos sistemas eleitorais, pelo que somos demasiado velozes no juízo que fazemos dos sistemas de outros Estados.

É sobre este último aspeto que pretendo deixar aqui apenas duas questões para reflexão:



Universidade do Minho
Escola de Direito

Serão os critérios demográficos – sejam de população, de número de residentes nacionais (incluindo os menores), de número de eleitores inscritos – os únicos que devem determinar os sistemas eleitorais? Ou, numa democracia que se pretende representativa, devem promover-se ativamente soluções de geometria eleitoral que, atendendo a outros critérios, atribuem mais peso a territórios com menos população e menor número de votantes? O interior de Portugal está em processo acelerado de desertificação. Devemos diminuir proporcionalmente a representação parlamentar dos distritos do interior ou tentar compensá-la?

Quando votamos para o Parlamento Europeu, escolhemos não apenas deputados, mas também designamos os “grandes eleitores” que hão-de escolher o Presidente da Comissão. Nesse “colégio eleitoral”, há, neste momento, 96 deputados alemães, 21 portugueses e 6 cipriotas. A Alemanha tem uma população de mais de 80 milhões; Portugal tem 10 milhões; o Chipre tem menos de 1 milhão. Acha mesmo que é injusto?

Andreia Sofia Pinto Oliveira

Prof^a. Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho